



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 2. 2013 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

ESTADO, CAPITAL E A FARSA DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

Alexandrina Luz Conceição*

Resumo

Procura-se nesse artigo refletir sobre as ações e intervenções do Estado via políticas públicas no espaço agrário. O que se questiona é se estas constituem formas de garantia da permanência da produção e autonomia camponesa ou se estão aprofundando: a mobilidade do trabalho, a concentração de renda e da terra, a exclusão. Nossos estudos têm congregado pesquisas que venho desenvolvendo, como também orientações de pesquisadores dos estados de: Sergipe, Bahia, Pernambuco e Alagoas. Os estudos obtidos permitem sinalizar que o Estado tem assumido o papel de gestor e promotor implementando políticas agrícolas inscritas em novas formas de expansão capitalista de financeirização da economia, com forte exercício de poder e controle do trabalho no favorecimento da acumulação capitalista. Funcional ao interesse do capital o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital gerenciando o controle dos antagonismos, não mais sob o modelo do Estado regulacionista do bem estar, mas a partir da lógica fetichista do mercado. Está explícito o modelo de Von Thünen do Estado ordenador da fronteira, incentivador da livre mobilidade do capital e do trabalho. A livre mobilidade geográfica tanto do capital, quanto da força de trabalho como condição essencial para a obtenção do salário e do equilíbrio.

Palavras-chave: Estado; Agronegócio; Produção Camponesa; Política Pública; Mobilidade do Trabalho.

Abstract

State, Capital and the Agrobusiness Expansion Farce. This article seeks to think about the

* Professora Doutora do GPECT/NPGEO /Universidade Federal de Sergipe/UFS - Aracaju/SE/BR.

actions and interventions of the State through public policies in agrarian space. What is questioned is whether these actions are ways of ensuring the permanence and autonomy of peasant production or are deepening the labor mobility, the concentration of income and land, the exclusion. Our studies have gathered research that I have developed, as well as guidance of the researchers in the states of Sergipe, Bahia, Pernambuco and Alagoas. The results allow show that the State has assumed the role of manager and promoter of implementing agricultural policies entered into the new forms of capitalist expansion of financialization of the economy, with a strong exercise of power and control of the work in favor of capitalist accumulation. Functional to the capital interests, the State enables the reproductive social-metabolic order, managing the control of the antagonisms, no longer under the regulationist Welfare State model, but from the logic of the fetish of the market. It's explicit the model of Von Thünen of State ordenador of the boundary, encouraging the free mobility of the capital and labor. The free geographical mobility of both of the capital, as of the workforce as an essential condition for obtaining wage and balance.

Keywords: State; Agribusiness; Peasant Production; Public Policy; Labor Mobility.

1. Estado e a dissimulação do Planejamento *post festum*

O Estado “moderno” não atribui importância ao homem real ou satisfaz o homem total de maneira ilusória nesta direção se exprime como em si sua degenerescência¹. O Estado “moderno” atua de forma articulada estabelecendo ao mesmo tempo um ajuste adequado e um total desajuste às estruturas metabólicas socioeconômicas.

A sua própria maneira – totalizadora –, o Estado expõe a mesma divisão do trabalho/hierárquico estrutural das unidades reprodutivas econômicas Assim ele é literalmente vital para manter sob controle (ainda que incapaz de eliminar completamente) os antagonismos que estão sempre surgindo da dualidade disruptiva dos processos socioeconômicos e políticos de tomada de decisão sem os quais o sistema do capital não poderia funcionar adequadamente (MÉSZÁROS, 2002, p. 122).

Funcional ao sistema do capital este cria estruturas para que o mesmo possa continuar avançando enquanto encontrar saídas para sua expansão e acumulação, como extrator de trabalho excedente. Na sua tendência crescente de criar mais valor seja absoluto e ou relativo

¹ Reflexões voltadas a partir de Karl Marx (2008).

na extração de sobretrabalho, a produção capitalista continua sendo “um grande desperdício não apenas de carne, sangue e músculos, mas de cérebros e nervos” (MARX, 2010, p. 414).

A pobreza e a desigualdade são produzidas como determinante estrutural para a produção de riqueza. Esta determinação é realizada na subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca na reprodução ampliada do capital. O trabalho acumulado, objetivado, alienado assume a forma de ativos do capital. Sujeitos produtivos são subjugados às exigências perversas do capital, só são reconhecidos como consumidores. “O fetichismo da mercadoria prevalece na ordem sociometabólica do capital de tal modo que as mercadorias se sobrepõem à necessidade, mensurando e legitimando (ou insensivelmente negando) a legitimidade da necessidade humana” (MÉSZÁROS, 2009, p. 118).

A contabilidade é estabelecida como uma relação entre produção e consumo. Nesta esfera sempre foram direcionadas as políticas de Planejamento e concretizadas os modelos de desenvolvimento como justificativa de crescimento econômico, de produção (formal) de riqueza.

Em escrita sobre a “A importância do Planejamento e da igualdade substantiva”, István Mészáros (2009) afirma que a concepção econômico-política idealiza a conflitualidade/adversidade como manifestações puramente individuais na sociedade civil. A dissimulada solução é compreendida na esfera do consumo individual, desta forma o sistema do capital, pode produzir “um tipo de planejamento *post festum* parcial, e em larga escala técnico ideológico, sem a proclamada capacidade de remediar os antagonismos estruturais subjacentes” (MÉSZÁROS, 2009, p. 118).

O capital financeiro encontra no Estado a possibilidade de alianças para o processo de acumulação. O Estado impõe um discurso velado de submissão ao capital, através de políticas de crédito, tornando crescente a expropriação da produção familiar, o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. Expropriando milhares de famílias camponesas, intensificando o desemprego, a precarização do trabalho e inscrevendo relações de trabalho escravo.

Nesta lógica o capital transformou o agronegócio na menina dos olhos das grandes Corporações. Nem o Rei Midas obteve tanto em tão pouco tempo.

2. O Agronegócio e o fetiche da lógica espacial do capital

Em 2008, no Congresso do Agronegócio Brasileiro (CAB), diante do aumento da

produtividade da “eficiência” do agronegócio, foi destacada a necessidade do reconhecimento social e a legitimação de um consenso da ótica do Agronegócio como principal negócio para o país. Segundo informações da própria ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), o aumento da colheita de toneladas de grãos e superávit comercial dos empresários do agronegócio, para aumentar a meta e dobrar a produção em dez anos (1918) depende do “reconhecimento da sociedade”.

Este discurso midiático é necessário como estratégia da divulgação da defesa do agronegócio pela sociedade demonstrando a sua importância de garantidor de altíssima produção e de adequação da produção e conservação do meio ambiente.

No artigo *Produzir e preservar é possível*, Carlo Lovatelli e Marcelo Duarte Monteiro (2011) faz um discurso apologético do agronegócio brasileiro como garantidor da produção alimentícia brasileira (terceiro maior produtor de alimentos do mundo, primeiro produtor e exportador de açúcar, café, suco de laranja e álcool, e segundo principal produtor do complexo soja e de carne bovina). E questiona a capacidade de se produzir e preservar². Entre maio de 2012 e abril de 2013, o Brasil exportou US\$ 99,5 bilhões em produtos agropecuários, sendo aproximadamente 79 bilhões de origem vegetal. Os produtos brasileiros como o açúcar são exportados para 129 países, a carne bovina para 141 e a de frango para 152 países. Os países que mais importam os produtos brasileiros são em ordem: China; os Estados Unidos e os Países Baixos³.

O paradoxo estabelecido entre o concreto e o abstrato, que materializa o mito do discurso, é compreendido entre a relação aumento da produção do agronegócio para suprir a necessidade de alimentos e a condição de vida da população que assiste fora do circuito dos lucros o crescimento apologético do agronegócio.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a população mundial deverá chegar a 9 bilhões em 2050. Conforme este órgão, para atingir essa demanda, os países deverão investir aproximadamente US\$ 44 bilhões por ano na produção e distribuição de alimentos, cinco vezes mais do que os US\$ 7,9 bilhões que são investidos atualmente. Para atender esta demanda segundo os informantes deverá ocorrer um crescimento de 60%, deste total, da produção de alimentos⁴.

Não há equilíbrio de forças entre a agricultura camponesa e as atividades agroindustriais, ao contrário, temos tido desde a década de 1970 um acelerado processo de

² Vide Carlo Lovatelli e Marcelo Duarte Monteiro (2011).

³ Vide Globo Ecologia (2013a).

⁴ Vide Globo Ecologia (2013b).

expulsão da agricultura camponesa, com forte tendência a diminuição crescente dos produtos alimentares de subsistência. Sem condições de resistirem ao agronegócio e permanecerem nas unidades de produção camponesa são obrigadas a se submeterem a expansão do agronegócio, ou mesmo perderem suas terras e tornarem-se andarilhos no ciclo do capital. Entretanto, antes de representar a desconcentração da terra, a modernização da agricultura a política de valorização e acesso a terra tem resultado na expropriação dos pequenos proprietários e na mobilidade do trabalho do campo para a cidade (principalmente internamente) intensificando o processo de urbanização e reproduzindo as desigualdades sociais, a níveis locais e sub-regionais.

Para o governo brasileiro nas diferentes escalas a questão agrária não é econômica ou política, mas uma política de compensação social. O que leva ao entendimento da equiparação de direitos iguais; neste viés se nega as diferenças de classes (no campo e na cidade) e direcionam políticas de fortalecimento da agricultura familiar (onde deverão beneficiar todos os que a estimulam, ou seja, quem investe, no agronegócio).

Contraditoriamente, o que se observa é a manutenção de uma política de favorecimento ao monopólio na indústria, na agricultura, no comércio. O mercado instrumentaliza o Estado, e este o instrumentaliza para uma política perversa de favorecimento das transnacionais. Sustentadas na justificativa da necessidade da superação da crise as políticas agrícolas nacionais e locais fazem coro às políticas internacionais sob o comando das instituições financeiras internacionais que determinam a ampliação das monoculturas para a produção de agrocombustíveis.

Sem condições de resistirem ao agronegócio, para subsistirem as famílias camponesas são obrigadas a abandonarem a produção de alimentos e se submeterem ao cultivo dos agrocombustíveis.

Na leitura da Via Campesina o investimento de energia baseada no cultivo e processamento industrial de matérias vegetais como o milho, a soja, a cana de açúcar, etc., não resolverá nem a crise climática, nem a energética, porém irá trazer imensas consequências sociais e ambientais.

Antes de constituir saída para a pequena propriedade camponesa, o agronegócio tem provocado a expropriação do camponês da terra tornando-o móvel, enquanto força de trabalho que será absorvida no próprio agronegócio local, ou na procura de trabalho no setor industrial, sujeitos a condição de trabalho precarizado ou escravo. Expulsos da terra se tornam errantes para ampliação e consolidação do controle sociometabólico do capital.

2.1. A estruturação do paradigma do agronegócio

A abordagem metodológica histórica apresentada na leitura de Guilherme C. Delgado (2005) sobre a questão agrária no Brasil permite compreender como foi consolidado o discurso da modernização técnica da agropecuária e a política assumida pelos últimos governos brasileiros do modelo neoliberal privatista. Fica explícito como afirma o autor, que a atual política do agronegócio assumida desde o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso apresentada em novo arranjo político, está articulada na mesma antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica” do governo militar de 1964, com o objetivo central de favorecimento aos grandes empreendimentos agroindustriais voltados para a geração de saldos comerciais externos. Sem mudança na reforma agrária reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras (DELGADO, 2005). Arranjo adverso à alternativa de desenvolvimento da via campestre.

A forma como a política econômica externa incorporará o setor agrícola na “solução” do endividamento externo reforça a estratégia de concentração e especulação fundiária no mercado de terras. O maior sinal disto é a liberalidade com que propicia a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários (DELGADO, 2005, p. 12).

Nessa mesma direção Heredia, Palmeira e Leite (2010) apresentam a discussão sobre a constituição da política do agronegócio. Consideram os autores que esta discussão é antiga, advinda do século XIX e assumindo maior ênfase a partir dos anos de 1970, no período militar, com a política da modernização da agricultura. A sustentação da necessidade da modernização do campo se apresenta em contraposição ao latifúndio colocando-se como superadora do atraso, e da necessidade da agricultura moderna para o desenvolvimento do país, via substituição da política de exportação de produtos agropecuários e agroindustriais e de empreendimentos de capitais, para o desenvolvimento do país.

Assim como Delgado (2005) e Heredia, Palmeira e Leite (2010) defendem a tese de que o modelo do agronegócio tem como matriz a implementação da produtividade como condição da modernização da agricultura, todavia observa-se que diferentemente de Delgado, esses autores não apresentam a crítica ao modelo da modernização do campo como contraposição ao modelo de desenvolvimento destacado pela via campestre. Os referentes autores destacam a importância da presença do Estado para o agronegócio, ao constatarem os enormes investimentos do Estado e das políticas públicas que não só viabilizam sua origem como também sua expansão, em contraponto ao mito do pioneirismo externo como desbravador e construtor do processo civilizatório. Consideram esses autores que a análise dos

processos social rural alicerçado no paradigma do agronegócio, não pode estar desvinculada das práticas de mecanismos e instrumentos de políticas implementados pelo Estado brasileiro.

A associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária realiza a estratégia econômica do capital financeiro com o objetivo acumulativo do lucro e da renda da terra, associação possibilitada pelo Estado ao assumir políticas estratégicas estruturadas em programas de investimentos em infraestrutura territorial. Na compreensão de Poulantzas (2000, p. 171), “toda medida econômica do Estado tem um conteúdo político, não apenas no sentido geral de uma acumulação do capital e para a exploração, mas também no sentido de uma necessária adaptação à estratégia política da fração hegemônica.” Para Gilson Dantas (2008, p. 9):

Na nova lógica da especulação financeira, o Estado coloca suas divisas de exportação e seu orçamento público a serviço da remuneração do credor internacional e do capital volátil (que entra e sai sem compromisso com a produção, com o desenvolvimento).

O afastamento do Estado como regulador da política e da economia faz aparecer o conceito de cidadão e de cidadania como “atores” soberanos, responsáveis pelos suas vontades o que emerge na concepção contraditória de Hegel do Estado⁵. O Estado posto como imagem e realidade da razão constitui a essência da sua des/razão ao privilegiar uma classe econômica e política (CONCEIÇÃO, 2011).

O Estado como idealidade assume a função de neutralidade na mediação do capital *versus* trabalho, sustentado na concepção hegeliana de soberania e universalidade para a garantia da necessidade e liberdade da população brasileira. Nesse sentido a palavra, brasileiro passa a estar agregada ao conceito de agronegócio, que irá compor o paradigma do desenvolvimento sustentável pela agricultura familiar. O conceito abstrato de agricultura familiar traz na sua aparência, a idealidade dos princípios da unicidade e da diversidade das atividades no campo, e representa simbolicamente o pressuposto do conceito natural da família e da propriedade privada interdependente das relações sociais.

No fetiche há a ideia de que toda a sociedade em todas as escalas, da local a internacional, a população necessita de segurança alimentar. O que se pressupõe é a somatória de todos para esta garantia.

⁵ Para a análise sobre o Estado na concepção hegeliana foram realizadas leituras dos livros de Friedrich Hegel (1990); Karl Marx e Friedrich Engels (2007); e Karl Marx (2005).

2.2. Os pressupostos da idealização do discurso do agronegócio

Advinda como uma nova categoria, capitaneada pelos impactos da abertura comercial e determinada pelo modelo hegemônico do capitalismo, a agricultura familiar surge no contexto do Novo Mundo Rural. A proposta do Novo Mundo Rural, implantada desde meados da década de 1990 pelo Governo Federal, tem direcionado o modelo dominante do agronegócio como opção para a classe dominante como também para as classes subalternas (CARVALHO, 2004).

A ideologia da concepção de um Novo Rural irá consolidar a negação da necessidade da questão agrária como condição fundante para políticas públicas de reforma agrária. Considerando a inexistência da identidade diferenciada de um rural do urbano (Silva, 1996), compreendendo o meio rural brasileiro já transbordado do mundo urbano, já consolidada a integração da economia com a “transformação do rural”. Desta forma é subtraído o sujeito camponês, a negação da subordinação das relações não capitalistas de produção na organização do trabalho e conseqüentemente na sujeição da renda da terra.

Comparando a realidade do campo brasileiro semelhante às formas de organização pós- industrial do campo nos Estados Unidos, identifica-se o domínio do *part-time farmer* agricultores em tempo parcial, ou melhor, trabalhadores autônomos nas ocupações em atividades agrícolas e não agrícolas, que passam a serem identificados como pluriativos.

O paradigma da pluriatividade torna-se a matriz da leitura do campo brasileiro, como elemento fundamental da ideologização de uma nova base social da agricultura moderna. Elimina-se o debate da necessidade da alteração da estrutura agrária, uma vez que está posto a integração capital agrícola, industrial e financeiro⁶. O campo passa a ser visto através de um mercado de trabalho que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.).

A pluriatividade associada ao paradigma da Agricultura Familiar passa a constituir a face moderna do “Novo Mundo Rural”. Discurso que fundamenta as Parcerias Público-Privadas (PPP’s), política alicerçada ao programa político neoliberal. Ações que serão materializadas com o apoio das instituições de pesquisas governamentais (o braço direito do mercado) e das instituições de ensino, pesquisa e extensão que se responsabilizarão pela implementação da tecnologia necessária ao agronegócio. As instituições assumem todos os riscos para a garantia da maximização do lucro, justificando a necessidade de trazerem

⁶ Conclusões que alimentam o discurso político do fim dos antagonismos estruturais de interesse da unidade de produção camponesa e da concentração da terra. Favorecendo o esvaziamento dos conflitos, ao tempo que direciona o direito da criminalização dos Movimentos Sociais.

benefícios à sociedade.

O *establishment* capitalista neoliberal do programa político direcionado pelo Banco Mundial para a elevação das taxas de crescimento econômico exigiu a reconstrução da infraestrutura organizacional do Estado. Se antes o Estado era visto, como “obstrutivo e negativo para o desenvolvimento”, as novas medidas determinavam a inversão do discurso, no novo Relatório de 1997, o Estado passava a assumir papel especial e inovador na forma que se relaciona com os mercados (PEREIRA, 2010, p. 368).

Entre as reformas exigidas constava a necessidade da criação de uma nova estrutura de arranjos público-privados, cabendo ao Estado apenas a função de desenhar “as políticas e o marco regulatório, supervisionando seu fornecimento.” (PEREIRA, 2010, p. 369). O objetivo era de garantir uma economia de mercado livre, aberta, rentável e segura para o capital. O Estado não poderia orientar ou controlar o setor privado.

Todavia embora houvesse a defesa da unidade do espaço rural e urbano, o conceito de rural permanece como marca fundamental em torno da ideia de desenvolvimento nacional, desenvolvimento tecnológico imbricado ao desenvolvimento rural. Discurso que sustentará o interesse e o total controle das grandes corporações unificadas para, a partir de seus interesses de classe, a prerrogativa da necessidade de conduzir as propostas do modelo econômico da política brasileira a partir de 1993, com a criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e em plena consolidação a partir de 1997 com a nova política do Banco Mundial.

Em 1993 os grandes proprietários rurais sob a representação parlamentar criam a Associação Brasileira de Agribusiness/ABAG sob o paradigma da eficiência do agribusiness para o desenvolvimento, sob a marca da garantia da segurança alimentar. O modelo do agronegócio altamente concentrador da estrutura da terra garante aos grandes empresários também a concentração do poder político e da imprensa (simbólico) e passa a ser reconhecido, principalmente a partir de 2003 como o melhor modelo para o desenvolvimento nacional. Para Lacerda (2009) a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) foi criada e constituída para a expansão do agronegócio tendo como centralidade a ideologia do novo rural, sendo legitimada na política de consenso do Estado com os grandes empresários do agronegócio.

Embora o discurso neoliberal estivesse assentado no discurso da minimização do poder do Estado sobre o mercado, o contexto histórico demonstrou que as relações capitalistas não podem desenvolver-se sem a ação efetiva da governabilidade para assegurar os direitos de propriedade, e no caso específico em favor principalmente da fração financeira do capital. O consenso do fim dos conflitos entre terra e capital, conflitos estruturais, a Nova Economia Institucional (NEI) prescrita pelo Banco Mundial “estimula a política de que todos devem dar

a sua cota além de nivelar atores estruturalmente desiguais, esse discurso dilui a responsabilidade do Estado, visto como mais um ator” (PEREIRA, 2010, p. 384).

3. O fetiche da lógica espacial

Abramovay (2003) enfatiza a crítica da concepção de antinomia campo e cidade e reforça a ideia da oposição cidade/campo, reafirmando como Schneider e Navarro (1998) a necessidade de considerar a dimensão territorial do desenvolvimento da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Considera o autor que a categoria território “mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa além dos atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações” (ABRAMOVAY, 2003, p. 45). Comportando aspectos identitários que favorecem o empreendimento e a existência de redes públicas e privadas. Compreende o autor que, o que definirá o caráter urbano e ou rural é a densidade demográfica, é esta que define o que a OCDE denomina de “trama territorial”, negando o parâmetro da pobreza como veiculador da ideia de rural.

Com esta mesma intenção o governo do PT de Lula da Silva assume já no seu primeiro ano de governo à formatação de sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, seguindo o mesmo direcionamento do governo anterior. O território torna-se o referencial para a organização das políticas públicas, constituindo a base para a Proposta Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT. É importante observar que o governo assume na totalidade o Programa do Banco Mundial agregando na sua ideologia o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

O conceito operacional de ordenamento territorial e sua associação ao desenvolvimento sustentável reiteram as medidas definidas pela política neoliberal do Banco Mundial, e o governo popular do Partido dos Trabalhadores se encaixa ao modelo macroeconômico e de ajuste fiscal dando prioridade a centralidade do livre mercado como requisito básico para o crescimento econômico.

Entre os objetivos definidos em escala internacional/global pela OCDE de políticas de maximização para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros, sob a diretriz definida pelo Banco Mundial, a CEPAL e o ILPES – Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social – traçam as estratégias das políticas e Instituições para o

desenvolvimento econômico territorial. Nesta trajetória atendendo as diretrizes estabelecidas o Governo Federal sob o poder do presidente Lula da Silva consolida o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – com o fim de direcionar a política da reforma agrária e promover a agricultura familiar. Contando com uma Secretaria da Agricultura Familiar – o MDA ao lado da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT – privilegia a abordagem territorial como viabilizadora do desenvolvimento rural. Paralelamente ao paradigma do desenvolvimento territorial adotaram a concepção de autonomia de gestão, empoderamento dos atores sociais locais, retirando a ideia da regulação política do Estado e suas instituições como promotores do desenvolvimento pulverizando o econômico e o político nas dimensões da identidade social, cultural, policonstitucional, e de risco ambiental (SENRA, 2010).

O Plano Pluri Anual do Presidente Luís Inácio Lula da Silva seguiu a mesma direção da logística da orientação neoliberal do Governo anterior de Fernando Henrique, entendendo a atuação do Estado como obstáculo à economia. O PPA de 2003-2006 teve como estratégia o estímulo à macroeconômica no incentivo a políticas de estímulo à produtividade e à competitividade, para reverter à expansão econômica objetivando: a) consistência fiscal caracterização de uma trajetória sustentável para a dívida pública; b) inflação baixa e estável; c) contas externas sólidas (SENRA, 2010).

Fica explícito o incentivo às políticas de favorecimento de investimento privado via, sobretudo, as parcerias com o setor privado – as PPA's. O direcionamento estava sob o cargo do empenho de medidas de favorecimento as exportações com a redução dos custos de logística para os médios e grandes produtores, privilegiando o modelo do agronegócio⁷ como garantia de *comodities* na justificativa do estímulo à produtividade e à competitividade de consistência dos custos fiscais para o pagamento da dívida pública.

3.1. Situando a discussão no seu lócus

A partir da década de 1990 com o avanço da financeirização da economia, via o compromisso da dívida externa, o Estado assumiu o papel de gestor e promotor de políticas

⁷ Ao assumir como Presidente do Brasil, Lula da Silva nomeou para Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, o empresário ruralista Roberto Rodrigues, contrariando as expectativas dos Movimentos Sociais do Campo, que tinham esperanças que ao assumir o “governo popular em defesa dos pobres do campo”, efetivasse uma política de alteração da estrutura agrária. O governo federal ao escolher um empresário do agronegócio simbolizou a aliança entre o Estado e o Agronegócio. Em entrevista a Revista Agroanalysis, após sua posse como ministro do MAPA, Roberto Rodrigues afirmou: “quero trabalhar no Ministério da Agricultura para estabelecer o conceito de agronegócio, de cadeia produtiva. Ao menos para que o PCCA – Partido do Campo do Cooperativismo e do Agronegócio – possa me defender como ministro” (AGROANALYSIS, 2003, p. 7 *apud* HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). É importante também verificar no currículo do Ministro as suas funções de: Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp.

agrícolas inscrevendo novas formas de expansão capitalista. O modelo implantado de modernização da agricultura no Brasil foi um dos principais fatores da reprodução da desigualdade econômica e social no campo. A espetacularização se pautava no signo da sociedade industrial como condição única necessária para o progresso e desenvolvimento.

Nos últimos anos a crise acumulativa do modelo fordista/taylorista através: da queda na taxa de lucro e da taxa decrescente de consumo direciona a expansão do toyotismo, com as formas de horizontalização do capital produtivo que passam a constituir novas alternativas de obtenção do lucro, via a flexibilização e a desconcentração do processo produtivo. A flexibilização e a desconcentração do processo produtivo favorecem a intensiva competitividade garantida pela mobilidade setorial ou geográfica, tanto na sua capacidade de investir ou desinvestir no mercado financeiro acentuando a tendência globalizante do capital (ANTUNES, 1999).

O objetivo se configura em transcender seus próprios limites a todo custo, através da concentração de lucro e a desconcentração de mercados, o que acarreta o aumento da concorrência nos mercados nacionais. Nesse movimento, o desenvolvimento do sistema do capital se realiza através de uma rede contraditória reafirmando a sua tendência de crise cíclica, constatada em níveis contínuos e crescentes nesses últimos anos.

Toda trajetória da acumulação capitalista se justifica no direito incomensurável dos usos e abusos da condição humana. A qualquer custo busca-se o lucro sob o pretexto da utilidade destruindo os recursos humanos e materiais. Nesse processo o sistema do capital articula numa rede de contradições, para a sua realização, via formas de acumulação intensiva e de formas de gestão e fluxo. O sistema sociometabólico do capital funciona induzindo sempre em maior intensidade à ampliação da produção de valores de troca. A tendência expansionista intrínseca do sistema produtivo é a garantia de maiores lucros.

Nas últimas décadas o capital na busca incontrolável do lucro se expande em todos os setores, impondo nova estrutura produtiva com extrema rigidez e inflexibilidade para quem e o que lhe oferece resistência. Contraditoriamente é por impor rigidez que se torna dinâmico, com o intuito do lucro, do acúmulo de riqueza. Utilizando-se de todas as formas de controle expande-se mundialmente apropriando-se de todos os lugares. Na tentativa de se opor ao movimento cíclico, o sistema do capital procura fazer funcionar o metabolismo societal: Capital-Trabalho-Estado.

Funcional ao interesse do capital o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital, gerenciando o controle dos antagonismos, a partir da lógica fetichista do mercado que se cristaliza na ideia da individualização. A estrutura institucional

anuncia o espaço da possibilidade, como inerente ao mundo das ideias e das vontades humanas, independentes do sistema econômico, mas que dizem respeito à capacidade e ou incapacidade empreendedora do poder da vontade do indivíduo. Sob esta lógica anuncia políticas de gestão que devem ser regidas no âmbito local, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Neste viés, o processo de “realização do capital” via formas de acumulação intensiva e de formas de gestão e fluxo, consumo e destruição são equivalentes funcionais.

Nos escritos de *O Capital*, Karl Marx (2013) afirma que o limite da produção capitalista é o próprio capital. A sua valorização é sua partida e meta, o motivo e o fim da produção. Para conseguir seus fins tudo lhe é permissível: a expropriação e a depauperação dos trabalhadores. Não há limite de expropriação, pois esta é a garantidora da extração da mais valia seu meio e fim. A qualquer custo busca-se o lucro sob o pretexto da utilidade/consumo destruindo os recursos humanos e materiais. Nesse processo o sistema do capital se articula em uma rede de contradições, para a sua realização, via formas de acumulação intensiva e de formas de gestão e fluxo.

O sistema sociometabólico do capital funciona induzindo sempre em maior intensidade à ampliação da produção de valores de troca. A tendência expansionista intrínseca do sistema produtivo é a garantia de maior lucro.

Las perspectivas de mayores ganancias atraen a los capitalistas a buscar y explorar en todas direcciones. La acumulación extiende sus redes en círculos cada vez más amplios a través del mundo, abarcando finalmente a todo y a todos dentro del proceso de circulación del capital (HARVEY, 1990, p. 421).

Nesse cenário analisamos as contradições advindas do modelo do agronegócio observando os limites de resistência da produção familiar camponesa, nas áreas de fronteiras vinculadas ao processo da reprodução ampliada do capital, sob o controle da monopolização e da territorialização do capital.

3.2. A expansão capitalista no campo e o agronegócio

A formação histórica econômica do Nordeste, na especificidade os estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe está estruturada regionalmente em ritmos escalares diferenciados, definida na divisão social e territorial do trabalho de forma combinada e contraditória para o “desenvolvimento” geográfico desigual do capitalismo. Na escala da desigualdade da divisão territorial do trabalho, a região Nordeste se configurou na responsabilidade de ser garantidora de capitais agrícolas com a intensificação da exploração

do trabalho sem regulação de direitos (advinda de uma estrutura escravista) que tem garantido a concentração de terras e altos rendimentos aos grandes proprietários de terra beneficiados pelos recursos públicos.

No Nordeste, nos estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia e Sergipe, o avanço da monocultura da cana-de-açúcar tem ocupado vastas áreas do espaço rural, principalmente na área da zona da mata, com a destruição crescente da mata permanente. A paisagem nestes estados é marcada pela presença da vegetação canavieira destinada para a produção do setor sucroalcooleiro. Na interconectividade escalar, o campo se inscreve na rede do circuito do processo de produção e reprodução ampliada do capital, na dimensão escalar local e mundial.

Sob a lógica do modelo do agronegócio, a produção monocultora de agrocombustível tem ampliado à ocupação gradativa, das áreas de cultivo camponês alimentar, que aponta para a perda do abastecimento interno de alimentos, sendo também agravante o aumento dos preços dos produtos alimentares, e conseqüentemente a perspectiva do aumento da fome. A modernização do campo não alterou a estrutura de concentração de terra, mas reforçou a perda da condição camponesa, na medida em que acentuou o monopólio da produção subordinando o trabalho e a terra com o objetivo do lucro.

Conforme pesquisa de Jordana Santana de Oliveira (2011)⁸ em áreas de expansão do agronegócio da laranja ainda é possível observar presença de unidade de produção familiar associadas à citricultura. Na sua maioria, a permanência da unidade de produção camponesa, constitui atividade de complementação de renda.

Entretanto o capital industrial juntamente com o capital comercial monopolizam os preços ficando o pequeno produtor impossibilitado de competir com os preços do mercado, tornando-se subordinado aos interesses dos atravessadores que contraditoriamente dão a garantia da venda da laranja (CONCEIÇÃO, 2011).

O processo de verticalização e de terceirização da produção da laranja tem expropriado os camponeses citricultores; 80% das propriedades com área inferior a 10 hectares estão voltadas para a monocultura da laranja. A produção citrícola do estado é dominada pelo oligopólio formado por quatro grupos: Cutrale (maior percentagem); Citrosuco; Louis Dreyfus Commodities – LDC (francesa); e Citrovita (da Votorantim). Estas 20 empresas controlam o mercado impondo preços e condições de venda, estando os pequenos produtores totalmente subordinados a este cartel. A política do agronegócio da laranja favorece o controle do capital nos sistemas industrial, financeiro e mercantil, que

⁸ Projeto desenvolvido Iniciação Científica/PIBIC/CAPES/FAPITEC/UFS. Relatório Final. Duração: Agosto/2009-2010/2010-2011.

permite plena pressão sobre o Estado e conseqüentemente no preço de mercado da produção e da terra. Em Sergipe, a Monsanto do Brasil vem realizando Parcerias com o Estado e Universidades que lhes favorecem grandes lucros.

Desde 2007 a política local governamental no estado de Sergipe em sintonia com o modelo nacional/mundial do Banco Mundial e suas mediações, sustenta sua meta no incentivo da exploração agrícola para a transação comercial, no sistema de inclusão em cadeias produtivas. Nesta direção o cultivo do milho aponta como o grande empreendimento. Não se pode esquecer que o cultivo do milho, introduzido sob o modelo da produção do agronegócio, torna necessário à utilização de insumos agrícolas, principalmente fertilizantes e agrotóxicos. É preciso ressaltar que embora o território do Alto Sertão Sergipano e o Território do Agreste Central concentrem maiores números de assentados, a expansão do agronegócio com a produção do milho, e na perspectiva inclusive da entrada da exploração de minério de ferro (esta inclusive em área de ocupação indígena) representa uma perda considerável de produção alimentar com sérios impactos ambientais.

Conforme o Plano Estratégico do Governo de Sergipe para a redução das desigualdades objetiva-se “desenvolver para incluir” por meio da inclusão de direito, da universalização do acesso aos serviços públicos, e inclusão pela renda. A meta é “combater” a concentração de terras e ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda.

É preciso atentar que no sistema de desigualdade, na dialética contraditória em que se sustenta o lucro capitalista, incluir é excluir. Como já afirmamos não há equilíbrio de forças entre a agricultura camponesa e as atividades agroindustriais, ao contrário, temos tido desde a década de 1970 um acelerado processo de expulsão da agricultura camponesa, com forte tendência a diminuição crescente dos produtos alimentares de subsistência. Sem condições de resistirem ao agronegócio para poderem subsistir os camponeses são obrigados a se submeterem a expansão do agronegócio, ou mesmo perdem suas terras tornando-se andarilhos do ciclo do capital.

Na análise de Shiziele Oliveira Shimada (2010) sobre o agronegócio da cana de açúcar no campo sergipano, o tempo de vida útil dos cortadores de cana se estabelece em relação inversa à intensidade do trabalho, ou melhor, enquanto nas últimas décadas a vida útil dos cortadores de cana tem diminuído a quantidade diária de cana cortada por cada trabalhador tem aumentado permanentemente. A garantia de altos lucros é obtida pela superexploração do trabalho – a degradação humana. Para aumentar a produção o trabalhador necessita do consumo de drogas e bebidas alcoólicas. Para alcançar a superação dos seus limites físicos ficam reféns da lógica perversa do capital.

Por detrás do discurso governamental “de melhoria” das condições de vida do trabalhador da cana, do crescimento do número de empregos, da regularização do trabalho, do crescimento de carteiras assinadas, esconde-se uma prática desumana de trabalhos temporários e precarizados. O trabalhador é submetido a trabalhos degradantes, sem nenhuma seguridade trabalhista, tornando-se móvel para o capital. Nas suas diversas moradias ele se torna um volante boia-fria (migrante sazonal/temporário, em período de safra ou colheita), que vive em contínuo deslocamento, enquanto necessário à reprodução do capital.

De junho a agosto de 2011, em pesquisa de campo, pude constatar na área de plantio de cana a permanência da condição de miséria dos cortadores de cana de açúcar⁹. Entregues a bebida em espera do período que serão novamente “contratados” permanecem “desocupados” para sua subordinação. Em entrevista eles afirmaram que “tem orgulho de serem cortadores de cana” sem questionarem a “condição de vida” (CONCEIÇÃO, 2011).

Na condição de quase *lumpen*, ser cortador em período temporário e em localidade temporária é a possibilidade de trabalho e de permanecer vivo para o capital. Móveis para o capital, o que se constatou foi a grande migração. Para os produtores de cana essa mobilidade é importante favorecendo o descompromisso das garantias trabalhistas. O sistema acumulativo do modo de produção capitalista se estabelece numa estrutura destrutiva da crise estrutural do capital em que para manter à lógica do lucro há a destruição da classe trabalhadora que é afetada pelo desemprego estrutural, formando o trabalho precarizado e escravo.

Na leitura de Raimunda Aurea Dias de Sousa (2013), ao transformar os elementos da produção camponesa em negócio como obtenção de renda, nas áreas de irrigação do Vale São Francisco, sob a organização do agro-hidronegócio, o discurso governamental promete o fim da miséria no campo, a possibilidade de riqueza e a “perspectiva do desenvolvimento”. Vende-se o discurso do desenvolvimento industrial com a introdução de técnicas modernas que possibilitem o aumento da produção. O que significa a transformação do camponês em agricultor familiar por ele ser mais competitivo e por produzir mais e com “maior qualidade via trabalho assalariado”. Excluídos da cidade e do campo passam a ser empregados nas empresas agrícolas de forma temporária e precarizada.

Na conclusão da autora, no território do Vale os recursos destinados à expansão do agro-hidronegócio via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o “desenvolvimento” de Juazeiro/Petrolina favorece a concentração do capital no campo e a

⁹ Registro em filmagem.

transformação da terra e da água em meros acessórios para produção capitalista.

Na compreensão de Vanessa Paloma Alves Rodrigues (2012), o panorama social do campo é apresentado de forma fantasiosa, mistificada como um fantasioso cenário de riqueza e prosperidade eficiente do agronegócio. O discurso governamental anuncia o absoluto sucesso do desenvolvimento do agronegócio no Brasil, como uma das agriculturas mais “evoluídas” e competitivas do mundo.

As políticas de crédito a exemplo a Política Pública do PRONAF cumpre o papel de metamorfosear o camponês em agricultor familiar, suscitando o crédito como propalador de desenvolvimento, via a financeirização da economia, com a inserção do camponês no mercado gerando a dependência aos insumos, máquinas, equipamentos, crédito financiados.

Para Conceição (2008), a linha de crédito do PRONAF garantiu a acumulação capitalista monopolista mundial sob o controle do Banco Mundial, acentuando a expulsão dos camponeses da unidade familiar, à medida que permite o processo de subsumção do trabalho ao capital. O Estado pela coação impõe um discurso velado da submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho.

Na sua dissertação de Mestrado, Fábio de Jesus Barreto (2010) afirma que, no estado de Sergipe, o Decreto Estadual nº 24.338, de 20 de abril de 2007, determinou como força de lei, a criação de territórios de desenvolvimento que viabilizarão a reprodução ampliada do capital, via Estado, anunciando a melhoria da qualidade de vida, distribuição equânime de renda. A política de desenvolvimento tornou-se papel do Estado, com a instalação de indústrias calçadistas, bem como a aplicação de uma nova cultura agrícola voltada para o comércio, com a substituição quase total do feijão e da mandioca pelo plantio do milho, além da utilização do solo, que vem sendo disponibilizado para o desenvolvimento de pastagens para a criação de gado leiteiro. Essas alterações têm implicado na reorganização e produção do espaço rural.

A pesquisa de Lucas Gama Lima (2012) constatou que o modelo de desenvolvimento territorial sob a administração do Estado assegura o apoio declarado ao agronegócio, e conseqüentemente a defesa da produção agroindustrial exportadora com a preservação da alta concentração da terra. Antes de significar melhoria da condição camponesa reproduz o velho controle da mobilidade do trabalho.

Nesta direção Barreto (2012) constata que o intenso processo de expansão capitalista, através das suas multifacetadas formas de subordinação das relações de produção na sua lógica de reprodução, vem operando no sentido de tornar possível uma estrutura de incorporação do lucro, cada vez mais eficiente. A reestruturação produtiva, além de modificar

drasticamente as formas de apropriação das relações de produção, acaba por dar ao trabalho uma nova roupagem, que o inscreve num intenso processo de precarização, conferindo ao trabalhador uma substancial diminuição no salário, e sua pauperização. Um rastro de destruição que se configura na forma de desemprego, pobreza, mutilações com ações trabalhistas que se acumulam.

Em estudos desenvolvidos e apresentados em Relatório de Pesquisa para a COPES/UFS¹⁰, pelo bolsista Márcio dos Reis Santos (2013), foi identificado que as ações do governo estadual de Sergipe no processo de intensificação e instalação de indústrias nos municípios do interior do estado, sob a justificativa de gerar emprego e renda para a população mais pobre, descentralizando a produção industrial da capital Aracaju, os dados do Ministério do Trabalho Emprego apontam um significativo aumento do número de indústrias e de empregos neste setor da economia em Sergipe. Na última década o número de estabelecimentos industriais passou de 2.144 para 3.208, um acréscimo de 1.064 novas indústrias. A indústria de calçados é a que apresenta o maior número de unidades produtivas e pelo grande número de empregados assalariados. O número de estabelecimentos da indústria de calçados dobrou, e o número de empregos cresceu mais de 670%, passando dos 765 em 2000 para 5.919 empregos em 2010.

O que se tem constatado em pesquisas, desde 2008, é que a grande maioria desses trabalhadores era de camponeses que passaram a sujeitar sua força de trabalho ao assalariamento, em movimento cíclico do capital, com intensa mobilidade do trabalho campo/cidade, caucionando crescimento na taxa de densidade urbana, principalmente nas localidades de instalações indústrias calçadistas. Demonstrando que:

o capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta) [...]. A mobilidade do capital acarreta o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro (SMITH, 1988, p. 212).

A massa de mais-valor não depende apenas do mais trabalho, mas da massa de trabalhadores que o capital emprega, ou do número de jornadas de trabalho simultâneas que ele utiliza, ou seja, o tempo que certo número de trabalhadores trabalha na mesma jornada, portanto a massa de mais-valor do número de trabalhadores que são empregados, somente pode crescer se aumenta esse número. O montante total da massa de mais-valor dependerá da

¹⁰ Projeto desenvolvido Iniciação Científica/PIBIC/COPES/UFS. Duração: Julho, 2011-Julho, 2013.

massa de capacidades de trabalho disponíveis que se encontram no mercado, logo da grandeza da população e da proporcionalidade do crescimento dessa população (MARX, 2010, p. 204).

Em conclusão

Karl Marx denomina de população nômade a população de origem rural de ocupação industrial.

Ela constitui a infantaria ligeira do capital, que, segundo suas próprias necessidades, ora manobra para este lado, ora para aquele. Quando não está em marcha, ela 'acampa'. [...] Coluna ambulante da pestilência, ela importa para os lugares em cujos arredores instala seu acampamento: varíola, tifo, cólera, escarlatina (MARX, 2013, p. 738).

No interesse da extração máxima de sobretrabalho o capitalista extrai do trabalhador uma determinada quantidade de mais-trabalho, sem conceder-lhe o tempo necessário para sua autoconservação. De acordo com seu interesse e arbítrio, prolonga a jornada de trabalho, ou os coloca na condição de miseráveis itinerantes.

A luta empreendida pelos trabalhadores da cidade e do campo contra as formas perversas da extração de sobretrabalho e o consequente lucro extraordinário seguiu em grande marcha por décadas do final do século XIX ao século XX. Munidos de organização sindical, possuidores de direitos obtidos em conflitos acirrados, em luta incessante, entretanto os trabalhadores assistiram e vem assistindo a perda desses direitos sob a mãe invisível do Estado bonapartista em nome do crescimento e garantia de mais desenvolvimento. Emprego e renda são pares que se comungam no interior do processo de produção onde o capital assume o comando sobre o trabalhador.

A fragmentação e a mundialização das formas intensivas de realização do capital pela lógica reestruturativa é marcada pela tendência decrescente da taxa do valor de uso da produção, conseqüentemente de uma crise constante e estrutural do capital, e um crescente índice do desemprego estrutural.

István Mészáros (2011) reafirma o caráter universal, social global, gradual e permanente da crise estrutural do modo da reprodução sociometabólica do capital, afetando a própria estrutura em sua totalidade, com implicações sistêmicas globais. Não sendo então possível solução dentro dos parâmetros do sistema. O deslocamento das contradições só é

possível enquanto a crise é parcial, local, uma crise parcial, relativa e internamente gerenciável pelo sistema.

Para Mészáros (2011) a crise financeira que vivenciamos há alguns anos é apenas um aspecto da “trifurcada destrutibilidade do sistema do capital”, na esfera militar, ecológica, na sua intrínseca condição de “destruição criativa” ou produtiva. Neste contexto a inserção do modelo do agronegócio responde ao complexo das mediações do sistema sociometabólico do capital que tem no objetivo do superlucro a redução da produção familiar camponesa, e a fome como forma especulativa de acumulação.

Na tentativa de se opor ao movimento cíclico o sistema do capital procura fazer funcionar o metabolismo societal, capital, trabalho, Estado.

Funcional ao interesse do capital o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital gerenciando o controle dos antagonismos, não mais sob o modelo do Estado regulacionista do bem estar, mas a partir da lógica fetichista do mercado. Está explícito o modelo de Von Thünen do Estado ordenador da fronteira, incentivador da livre mobilidade do capital e do trabalho. A livre mobilidade geográfica tanto do capital, quanto da força de trabalho como condição essencial para a obtenção do salário e do equilíbrio.

O capital personificado, o capitalista, cuida para que o trabalhador execute seu trabalho ordenadamente e com grau apropriado de intensidade [...] [, em uma operação coercitiva, assim] o capital excede em energia, desmedida e eficiência todos os sistemas de produção anteriores, baseados no trabalho direto compulsório (MARX, 2013, p. 381).

Em artigo escrito *Jovens Andarilhos no ciclo curto do capital*, Conceição (2007) já afirmava que na situação de itinerantes os jovens trabalhadores tornam-se andarilhos, sujeitos assujeitados ao capital aceitando qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário submetendo-se à irracionalidade do capital e à lógica do mercado.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- BARRETO, de Jesus Barreto. *As engrenagens do capital no Território do Agreste Central Sergipano: o canto da sereia da odisseia do trabalho no novo eixo industrial calçadista*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010. Disponível em: <http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=803>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- CARVALHO, Horacio Martins de. *O impacto negativo do Agronegócio Burguês*. Curitiba, set. 2004. (Mimeo).
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens Andarilhos no Curto Ciclo do Capital. *Revista OKARA: Geografia em debate*, João Pessoa: DGEOC/CCEN/UEPB, v. 1, n. 1, p. 77-100, 2007. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/1247>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- _____. *Ações e intervenções das Políticas Públicas inscritas no espaço agrário sergipano: condição de inclusão ou exclusão?* Relatório Final, CNPq/UFS, 2008. (Mimeo).
- _____. A expansão do agronegócio no campo sergipano. *Geonordeste*, Aracaju: UFS, ano 22, n. 2, p.1-16, 2011. Disponível em: <<http://200.17.141.110/pos/geografia/geonordeste/index.php/GeonOrdeste/article/view/223>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- _____. Estado, Políticas Públicas e o Reordenamento Social e Territorial do Trabalho. In: ANDRADE, Elisário Souza; SILVA, Francisca de Paula Santos da (org.). *Estado e Políticas Públicas: a construção do consenso neoliberal*. Salvador: EDUNEB, 2012. p. 135 - 160.
- DANTAS, Gilson. *A Luva de Ferro: Estados Unidos, mundialização armada e América Latina*. [s.l.]: Barba Ruiva, 2008.

- DELGADO, Guilherme C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5491>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- GLOBO ECOLOGIA. *Brasil desempenha papel de destaque no agronegócio mundial*. 29 jun. 2013a. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2013/06/brasil-desempenha-papel-de-destaque-no-agronegocio-mundial.html>>. Acesso em: 29 set. 2013.
- _____. *Até 2050, a produção mundial de alimentos deverá crescer 60%*. 29 jun. 2013b. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2013/06/ate-2050-producao-mundial-de-alimentos-devera-crescer-60.html>>. Acesso em: 29 set. 2013.
- HARVEY, David. La Teoría de la Renta. In: _____. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HEGEL, Friedrich. *A Razão na História: uma introdução geral à Filosofia da História*. Tradução de Robert S. Hartman. São Paulo: Moraes, 1990.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. *RBCS*, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v25n74/a10v2574.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- LACERDA, Eliane. V. *Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- LIMA, Lucas Gama. *Despindo o estratagema das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano: o (des) mascaramento da territorialização do Capital por meio da sociabilidade reificante*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.
- LOVATELLI, Carlo; MONTEIRO, Marcelo Duarte. *Produzir e preservar é possível*. 2 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/artigo/2314/produzir-e-preservar-e-possivel>>. Acesso em: 29 set. 2013.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*: manuscrito de 1861-1863. Cadernos I a V. Tradução Leonardo de Deus. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- _____. *O Capital*: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *A Crise Estrutural do Capital*. Tradução de Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.
- OLIVEIRA, Jordana Santana de. *As alterações da unidade de produção familiar diante da expansão do novo modelo de desenvolvimento do agronegócio em Sergipe no território Sul Sergipano*: Relatório PIBIC/CAPES/FAPITEC/UFS, 2009-2010/2010-2011. 2011. (Mimeo).
- RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. *Capital, Estado e a lógica dissimulativa das Políticas de Crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no Campo*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro – 1994-2008*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- POULANTZAS, Nicolas. *O Estado, o poder, o socialismo*, Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996.
- SANTOS, Márcio dos Reis. *A Espacialização das Indústrias no espaço rural do estado de Sergipe e os reordenamentos campo/cidade*: Relatório Final, PIBIC/COPES/UFS. Jul. 2012- Jul. 2013. 2013. (Mimeo).
- SCHNEIDER, S & NAVARRO, Z. Agricultura e Novas Formas de Organização no Meio Rural (um estudo sobre as tendências recentes). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E DE

SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. *Anais...* Poços de Caldas: Sober, p. 617-633, 1998.

SHIMADA, Shiziele Oliveira. *Do latifúndio e do Agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do Senhor e do Escravo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, Raimunda Aurea Dias de. *O Agro Hidronegócio do Vale São Francisco*. Território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SENRA, Kelson Vieira. *Políticas e instituições para desenvolvimento econômico: o caso do Brasil*. Santiago, Chile: CEPAL, 2010. Serie Desarrollo Territorial n. 8. Disponível em: <http://www.eclac.cl/ilpes/publicaciones/xml/3/38883/S8DT_L3192_p.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.